

O Desenvolvimento como discurso repete tragédias

Development as speech repeats tragedies

El discurso del desarrollo repite tragedias

Développement comme discours répète des tragédias

*Sônia Missaglia Mattos**

E não há quadro mais doloroso do que este em que (...) a força da destruição não se limita somente às tradições e aos inanimados, mas envolvendo no descalabro as pessoas (...) fazendo delas o eixo central da morte e aumentando a sensação desoladora de uma melancolia infinita.

(Graça Aranha, Canaã)

Resumo: Este artigo tem por base um conjunto de questões surgidas a partir de pesquisas que venho realizando em Anchieta-ES. Elas estão relacionadas com um modelo excludente de desenvolvimento que favorece apenas às elites de poder e que, dentre outros problemas, causa irreversíveis danos ao meio ambiente e impele comunidades tradicionais locais à migração forçada. Tal modelo de desenvolvimento tem por base um tipo de política econômica, ancorada por metas de crescimento da produção industrial e da infraestrutura e foi lá intensificado desde que a cidade entrou em pauta nas discussões político-administrativas referidas a investimentos do grande capital privado (nacional e transnacional) e estatal, tornando-a base de operações para grandes projetos de desenvolvimento industrial, que fazem parte do "Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025" (Macroplan, 2006) e do PAC.

Palavras-chave: grandes projetos de desenvolvimento econômico; migração forçada; degradação socioambiental; Anchieta ES, Brasil

Abstract: This paper is based on a set of questions raised from researches I have accomplished in Anchieta-ES. They are related to an excluding model of development that favors only elites of power and among other problems, causes irreversible damage to environment and traditional local communities that are forced migration. This development model builds on a sort of economic policy, bolstered by goals of growth in industrial output and infrastructure has been intensified there since the town came under political and administrative discussions referred to huge investments of state and private-owned capital (national and transnational) making it the operations base for large industrial development projects which are part of the "Development Plan 2025 of Estado do Espírito Santo" (Macroplan, 2006) and of the government project to promote growth (PAC).

Keywords: Large Economic Development Project; forced migration; social and environmental degradation; ES, Anchieta, Brazil

* Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, é professora dos cursos de Graduação e do Mestrado (PPGCS) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: smissaglia@gmail.com.

Introdução O artigo que aqui apresento tem por base um conjunto de questões surgidas a partir de pesquisas que venho realizando em Anchieta-ES. Elas estão relacionadas com um modelo excludente de desenvolvimento que favorece apenas às elites de poder e que, dentre outros problemas, causa irreversíveis danos ao meio ambiente e impele comunidades tradicionais locais à migração forçada. Tal modelo de desenvolvimento tem por base um tipo de política econômica, ancorada por metas de crescimento da produção industrial e da infraestrutura e foi lá intensificado desde que a cidade entrou em pauta nas discussões político-administrativas referidas a investimentos do grande capital estatal e privado (nacional e transnacional), tornando-a base de operações para grandes projetos de desenvolvimento industrial, que fazem parte do "Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025" (Macroplan, 2006) e do PAC.

Furtado já criticava a inadequação desse modelo de desenvolvimento, mostrando que este deveria passar por orientações mais igualitárias que favorecessem formas coletivas de consumo e reduzissem o desperdício provocado pelos padrões de consumo privado de grupos privilegiados. (Furtado, 1986). O desenvolvimento apontado por Furtado, atendo-nos ao que diz Graça Aranha, não destrói apenas as tradições, mas as pessoas paralisando-as, fulminando-as, "fazendo delas o eixo central da morte." (Graça Aranha, 2005).

Tenho concentrado meus estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento, de caráter desenvolvimentista, que vem a cada dia ganhando mais força na costa sul do estado do Espírito Santo, em especial da cidade de Anchieta.¹ Ao redigir o relatório final da última pesquisa intitulada "Anchieta – ES: Por um futuro mais sustentável," em que focalizei o estado atual de "progresso e desenvolvimento" no qual a cidade foi inserida, pude ver de forma clara que o saldo de questões sobre a cidade e o desenvolvimento, que ainda estavam, por mim, sem compre-

ender, haviam se multiplicado.² Por necessidade de embasamentos mais substantivos, para melhor compreender as perguntas que foram colocadas a descoberto, fui levada a esboçar um pano de fundo histórico e etnográfico da cidade de Anchieta, uma vez que tais estudos são raros, e muitas vezes precários. Ao fazer tal esforço de pesquisa, encontrei informações preciosas sobre os vários tempos da cidade, sendo que muito me surpreenderam os documentos referentes à época colonial. Principalmente porque, muito embora os períodos de tempo e as circunstâncias sociopolíticas sejam diferentes, os documentos encontrados mostram que, na atualidade, processos similares emergem quando se trata dos discursos e das práticas de desenvolvimento econômico que vemos acontecendo naquele mesmo local. Estão entre esses processos, dentre outros, irreversíveis impactos e custos sociais, ambientais, políticos, culturais, acrescidos pelo impacto demográfico.

Neste artigo, após buscar algumas reflexões de teóricos dedicadas a esta temática, principalmente aquelas voltadas para o neo e pós-colonialismo, vou expor alguns momentos da cidade que me parecem fundamentais para melhor compreendermos a realidade que, no momento atual, ocorre naquele espaço. Esses podem parecer interconexões "parcialmente desvinculadas entre si" (Hannerz, 1977) uma vez que alguns estão situados distantes do tempo atual. Porém, buscarei retomar esse tempo distante em proximidade com o que diz Hommi Bhabha e, assim, tentarei trazê-lo como um "passado-presente," ou como um ato insurgente que inova e interrompe a atuação do presente. (Bhabha, 2010; Benjamin, 1985).

Após as reflexões teóricas, enfoco o nascimento da cidade de Anchieta, forjado a partir de mudanças provocadas pela expansão europeia para fazer deslanchar seu processo de desenvolvimento econômico e político. Depois, procuro mostrar outros momentos nos quais podemos ver

a atuação do mesmo modelo de desenvolvimento e como essa mesma região continua sendo requisitada para fornecer subsídios para o desenvolvimento econômico de interesses desvinculados do lugar, À custa de seu desgaste cultural e socio-ambiental em vários momentos é retomado o discurso falacioso com o pretexto de que a população alcance o que é entendido por desenvolvimento pela sociedade ocidental moderna.

Se analisarmos os fatos ocorridos nos primeiros tempos da cidade e o estado atual dos acontecimentos, vemos que há uma constância, dentre outros problemas, da grande espoliação dos recursos naturais e da mão de obra de baixo custo. No momento inicial da cidade, os recursos da guerra e da expansão mercantil eram ampla e abertamente utilizados, pelas classes governantes dos Estados absolutistas europeus emergentes. No atual, disfarçado por ideais de democracia, elites da tecnocracia estatal (nacional/local) adequam suas decisões amparando e fortalecendo o planejamento do desenvolvimento econômico que está a cargo de aparelhos burocráticos do grande capital transnacional.

Conforme Canclini, uma transferência no redirecionamento de instâncias de decisão política dos tecnocratas locais para atender às demandas do grande capital contribui para anular o poder de decisões dos burocratas locais que podem vir a reduzir-se a simples administradores de decisões alheias.³ Para ele, tais redirecionamentos atrofiam a imaginação socioeconômica e levam ao esquecimento das políticas de longo prazo. O esvaziamento simbólico e material dos projetos nacionais/locais diminui o interesse pela participação na vida pública (Canclini, 2003). A população ficando cada vez mais distante dos processos decisórios tende a tornar-se apática, em posição de receptora, e não de sujeito político.

A ausência de participação nos processos decisórios fez com que, por muito tempo, os fatos que estão ocorrendo na-

quele local fossem vistos como isolados, como fragmentos, e não como parte de um movimento mais amplo. Para quem se colocou alinhado com a grande mídia e recebendo as migalhas das "fornalhas da siderurgia,"⁴ o desenvolvimento é um sonho. Não faz a menor diferença se para alcançá-lo terão que ser exterminados os esquemas locais de significação, o meio ambiente, as comunidades, ou a própria viabilidade de vida local. O que repetem é que o progresso, a modernidade, ou o desenvolvimento estão chegando, e que trarão empregos e qualidade de vida. Mas, para outros não. Para aqueles que conseguem antever as mazelas, o que está chegando é um pesadelo, muito embora, devido a isso, sejam considerados hereges.

Neste artigo, esse modelo de desenvolvimento será tomado não como um sonho, ou discurso mágico, capaz de elevar cidades como Anchieta – situada em um país que até a pouco era politicamente correto chamar de terceiro mundo⁵ à igual condição de cidades das nações chamadas de desenvolvidas. O desenvolvimento, tal como o título desse artigo sugere, é tomado aqui como uma formação discursiva. Lembro aqui que, para Escobar, o desenvolvimento, em seus pressupostos tradicionais, é uma experiência histórica única. (Escobar,1995), sendo que ele o define como a criação de um domínio de pensamento e ação, determinado por características e inter-relações de três eixos, quais sejam:

[...] as formas de conhecimento que a ele se referem e através das quais ele surge e é elaborado em objetos, conceitos, teorias, dentre outros; o sistema de poder que regula suas práticas; e as formas de subjetividade alimentadas por esse discurso, aquelas através das quais as pessoas se identificam como desenvolvidas ou subdesenvolvidas. (Escobar,1995, p.10).

Segundo Escobar, o desenvolvimento como formação discursiva é constituí-

do pelo conjunto de estruturas encontradas, paralelamente a esses eixos e faz surgir uma organização, sistematicamente, relacionada a técnicas de poder e a determinadas modalidades de conhecimento. (Escobar,1995).

Conforme Canclini, muitos intelectuais e cientistas sociais questionam a capacidade que esse modelo de desenvolvimento tem de criar laços sociais. Isso porque, ele é desenhado a partir de uma teoria globalizadora, que "em seus cálculos econômicos, não leva em conta os custos sociais do processo, o custo das doenças e do sofrimento, do suicídio, do alcoolismo e das dependências de outras drogas." (Canclini, 2003.p.23). Há vários intelectuais nos mais diferentes campos do saber realizando revisões, de forma crítica, sobre esse modo de desenvolvimento.⁶

Particularmente, para mim foram muito elucidativos os estudos de Ribeiro no texto "Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento." (Ribeiro, 2008). Por meio desse estudo, pude compreender de modo mais claro a realidade do modelo de desenvolvimento que está sendo implantado na cidade de Anchieta e adjacências. Reportando-se a Durkheim para quem a religião é a sociedade adorando a si própria, Ribeiro diz que entende desenvolvimento como a expansão econômica adorando a si mesma.⁷ Devido a isso, ele diz ser necessário conhecer o sistema de crença que subjaz a essa devoção assim como as características do campo de poder que a sustenta.

Seguindo nessa mesma direção, vemos o desenvolvimento como "um campo de poder composto por várias redes e instituições que formam consórcios que possibilitam e impulsionam articulações entre atores que além de diferentes são desiguais," e que são denominados atores locais (insiders) e externos (outsiders) (Ribeiro, 2008). Em Anchieta, sob a ideologia dos incentivadores dos grandes projetos de desenvolvimento econômico há uma inversão. Por resistirem, não partilhando

dos valores e das promessas do modelo de desenvolvimento econômico privilegiado pela sociedade ocidental moderna, ou eurocêntrica, que decidiram implantar naquela cidade e município, os integrantes de grupos estabelecidos desde longos tempos naquele local e que constituiriam os insiders, passaram a ser considerados como outsiders. E, como tal, estigmatizados como pessoas atrasadas. (Elias; Scotson, 2000), sendo até mesmo consideradas como de menor qualidade humana. Aqui é importante lembrar Otávio Velho quando diz:

[...] é preciso acabar com o mito de que só a sociedade ocidental moderna tem a chave do desenvolvimento e da inovação e de que as demais são estáticas e carentes de dinâmica. Essa é uma visão eurocêntrica que também está sendo posta em questão nesta quadra de mudança civilizatória profunda. Ignorá-la não é sinal de modernidade, mas de atraso e provincianismo incompatíveis com o novo mundo que se desenha. (Velho, 2010)

É no intuito de acabar com esse mito que, para definir o campo desse modelo de desenvolvimento, junto com Ribeiro (Ribeiro, 2008), vou utilizar o conceito de campo de Bourdieu, para quem "a estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores." (Bourdieu, 1983, p. 90). Conforme Bourdieu, um espaço social conceituado como campo se apresenta como um espaço estruturado "cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes." (Bourdieu, 1983, idem). Considerar o campo como um espaço social estruturado, é o mesmo que considerar que as relações sociais que ocorrem entre os agentes sociais que nele se situam

são heterogêneas e assimétricas em termos de poder. Sobre essa base, Ribeiro conceitua o campo do desenvolvimento e o define como:

[...] constituído por atores que representam vários segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais, por exemplo); empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais (diferentes tipos de empreiteiros e consultores, por exemplo); e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento (funcionários de agências multilaterais e bancos regionais, por exemplo). As instituições são parte importante desse campo; elas incluem vários tipos de organizações governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, agências multilaterais, entidades industriais e corporações financeiras. (Ribeiro, 2008, p.3).

No interior do campo, os mais vulneráveis são os atores sociais locais fragilizados que por serem economicamente menos influentes, são os mais impactados pelas poderosas forças e iniciativas do desenvolvimento econômico. De modo geral, são eles os alvos de deslocamentos forçados, pois, frequentemente, a área cobijada para implantação dos empreendimentos de Grandes Projetos de Desenvolvimento – quer seja para a construção de represas, ou para a de usinas siderúrgicas como é o atual caso em Anchieta – são áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, comunidades quilombolas, ou comunidades ribeirinhas, ou similares (Oliver-Smith; Hansen, 1982).

A Associação Internacional para o Estudo da Migração Forçada (IASFM)⁸ utiliza a expressão migração forçada para se referir ao movimento de refugiados e de pessoas internamente desalojadas quer seja por desastres naturais ou ambientais, desastres químicos ou nucleares, epidemias de fome, ou por projetos

de desenvolvimento. Um fato curioso que apontam é que há menos pessoas forçadas a migrar devido a conflitos armados que devido a implementação de grandes projetos de desenvolvimento econômico. Sendo que, para esses últimos, há ainda o agravante de que seus problemas são pouco reconhecidos pela população externa e pelo fato de receberem menos apoio e assistência. Essa forma de migração forçada afeta, quase que exclusivamente, minorias indígenas ou étnicas e a pobreza tanto rural quanto urbana. (IASFM, 2011).⁹

Na grande maioria das vezes, as áreas tradicionalmente ocupadas são áreas ambientalmente preservadas, sendo que é dito entre os ambientalistas que, devido ao modo com que lidam com o meio ambiente, os habitantes de tais áreas deveriam servir de consultores e de agentes a organismos internacionais dedicados à preservação ambiental (Colchester, 1994).

Forçados a migrar dos territórios que tradicionalmente ocupam, e reassentados em lugares insalubres, de baixo custo imobiliário, e desprovidos de saneamento básico, sofrem um decréscimo na qualidade de vida. “Transplantados,” eles veem suas relações quer sejam sociais, de parentesco, de vizinhança, ou de quaisquer outras modalidades, romperem-se, assim como comprometidas suas culturas. Suas histórias, suas esperanças são esmagadas sendo que, principalmente, os mais idosos acabam por falecer. A migração forçada, diz Oliver-Smith, é uma das expressões mais agudas de impotência, porque constitui uma perda de controle sobre o próprio espaço físico. Depois disso, a única coisa que resta a esses desenraizados que foram reassentados, por o seu lugar ter-lhes sido tirado, é a perda do próprio corpo. (Oliver-Smith, 2001). Lembro aqui que “lugar” é como Yi-Fu-Tuan denomina o espaço socialmente criado, percebido. Segundo esse autor, o espaço transforma-se em um lugar, à medida que ad-

quire “definição” e “significado”. Ou seja, o espaço se torna lugar, na medida em que faz os seus diversos elementos existirem diferenciadamente, pois os elementos dos espaços passam a ser representados a partir de percepções culturais, formando um arcabouço mais ou menos organizado que permite a orientação de grupos e pessoas (Tuan, Yi-Fu, 1983; DaMatta, 1986; Schulz, C. N., 1980).

Desenraizadas, empobrecidas material e simbolicamente, as populações deslocadas de seus lugares se tornam objeto de promessas políticas sociais, ou de medidas mitigatórias, paradoxalmente propostas pelos próprios agentes que as desalojaram. E é muito comum ver que aquelas pessoas que perderam a natureza como seu espaço tradicional de trabalho sejam incentivadas a aprender a fazer algum tipo de artesanato, atividade que para eles não passa de um pseudotrabalho. Isso só é feito porque as ações de caráter mitigatório que não deveriam, mas que são confundidas como sendo o mesmo que ações de “responsabilidade social,” tornam os produtos dessas empresas mais competitivos no mercado. Ou seja, contam pontos para o selo social de seus produtos.

Lembro aqui Bourdieu quando ele mostra que é:

[...] importante que o espaço onde é produzido o discurso sobre o mundo social continue a funcionar como um campo de luta onde o pólo dominante não esmague o pólo dominado, a ortodoxia não esmague a heresia. Porque neste domínio, enquanto houver luta, haverá história, isto é, esperança.” (Bourdieu, 1983, p.8).

Importante também é lembrar as colocações de Bauman, para quem em muitos aspectos a migração forçada e o reassentamento induzido pela implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento político e econômico é uma expressão clara da atuação do Estado como o detentor do monopólio da violência¹⁰ e de seus ambiciosos projetos de engenha-

ria que, livre de quaisquer restrições, é capaz de exercer o controle sobre a localização de pessoas e objetos dentro de seu território (Bauman, 1989).

Algumas ações desenvolvimentistas anteriormente vividas em Anchieta

Para tornar visível essa estrutura teórica, vamos retomar alguns dos momentos vividos pela cidade de Anchieta, como dissemos acima. Começo pelo nascimento da cidade que, forjada a partir da expansão europeia, principalmente porque os europeus necessitavam de maior riqueza para financiar seus Estados absolutistas emergentes (Wolf, 2005). No nosso caso, especificamente Portugal que, devido à escassez de recursos em seus territórios, passou a procurá-los no exterior. Assim, com o objetivo de fomentar seu processo de desenvolvimento político e econômico, expandiu seu império apropriando-se de recursos naturais e de mão de obra alheios afetando extensas populações.

Com Wolf vemos que Portugal buscava excedentes para incrementar seu poderio, mas procurava também suprir o déficit de mão de obra para trabalhar nos seus campos agrícolas. Cerca de 150 mil escravos africanos foram traficados pelos portugueses, na segunda metade do século XV entre os anos de 1450 e 1500 (Wolf, 2005).¹¹ Ainda conforme Wolf, Portugal era um país pobre, povoado por mais de 1 (um) milhão de pessoas, mas que cedo alcançou a definição política (Dinastia de Avis).¹² Por isso, foi a primeira das nações europeias a transformar-se em um centro de atividade expansionista, adquirindo colônias em lugares distantes como o Brasil (América), Moçambique (África) e Málaca (Sudeste Asiático). A partir dessa época, em que os europeus procuravam controlar os oceanos e eliminando possíveis van-

tagens de seus concorrentes “todas as lutas pelo predomínio que se travavam na Europa assumiram um caráter global.” (Wolf, 2005). Esse movimento fez com que os fatos que ocorriam em uma parte do globo repercutissem em outras, inscrevendo os vários continentes em um sistema mundial de conexões. Nessa primeira etapa, as políticas desenvolvimentistas estavam direcionadas para o enriquecimento político e econômico de Portugal e Roma, pois, sonhava-se com um império português construído “mercê das infalíveis promessas de Deus tendo em vista a sujeição de todo o globo.” (Boxer, 1973).¹³

A Aldeia Jesuítica de Iiritiba, também chamada de Reritiba, atual cidade de Anchieta teve início nessa época e fez parte deste tão sonhado império. Sua fundação é atribuída ao jesuíta Padre José de Anchieta no ano de 1569,¹⁴ tendo recebido esse nome por estar estabelecida junto ao rio que os índios, antigos moradores do local, denominavam Iiritiba e que significa ostreira, ou ostral. (Martins, 1941).

Diferentemente do modelo urbanístico padrão das demais aldeias coloniais, a Aldeia de Iiritiba teve um traçado específico. Nessa aldeia, a Igreja, a praça e as cabanas foram localizadas morro acima, pois esse era o melhor ponto estratégico para controlar a enseada e a entrada para o rio Iiritiba, garantindo a soberania do colonizador português. Ela surgiu como parte fundamental de uma estratégia de posse que estava relacionada com os projetos de desenvolvimento de Portugal, “mercê das infalíveis promessas de Deus.” (Boxer, 1973).¹⁵ As aldeias foram uma prática que os portugueses adotaram para lidar com o “outro,” que aqui estava estabelecido. Elas consistiam em certos espaços, determinados pela Coroa Portuguesa, onde eram fixados grupos indígenas, sob a administração e tutela de religiosos (Moreau, 2003),¹⁶ para civilizá-los e catequizá-los. Esses missionários, a princípio, exerciam o poder espi-

ritual sobre os índios nas Aldeias, e após 1686, passam a exercer também o poder temporal.¹⁷

As terras da Aldeia de Iiritiba estavam asseguradas por lei como propriedade inalienável dos índios que pertencessem ao Aldeamento. Embora nas Aldeias eles tivessem que se submeter a determinadas regras estranhas aos seus modos de viver, pensar e agir, a condição de índios aldeados lhes garantia o direito à terra coletiva e à vida comunitária, passando mesmo a constituir para eles “o referencial básico de sobrevivência no mundo colonial e espaço de rearticulação de culturas, histórias e identidades.” (Almeida, 2003).

Em 1724, os índios da Aldeia de Iiritiba, considerados como dóceis e cumpridores das ordens, revoltaram-se contra o domínio dos portugueses e da catequese à qual estavam submetidos (Mattos, 2011). Na Capitania do Espírito Santo, o medo de um levante dessa ordem se agravava devido ao grande contingente populacional indígena que ali estava concentrado. Iiritiba era a mais importante e maior Aldeia da costa capixaba (Wied Neuwied, 1934).¹⁸ Estavam, também, localizadas nessa mesma Capitania outras grandes aldeias como a de Reis Magos¹⁹ e, sob a mesma jurisdição, estavam as Aldeias da Capitania da Paraíba do Sul (Goitacazes). Os índios das diferentes aldeias mantinham um estreito contato entre si, pois muitas vezes participavam juntos de extensos tempos de trabalho realizados para a Coroa portuguesa. Conforme documento do Conde de Galveias, Governador Geral do Estado do Brasil desse período, se a sublevação continuasse e os índios aldeados se unissem aos do sertão, poderia ocorrer uma guerra, ainda mais arriscada do que a dos Palmares em Pernambuco²⁰.

Ainda conforme Escobar, nos meados do século XVIII, Portugal redirecionou seu projeto de desenvolvimento econômico e político e a Aldeia de Iiritiba, passou por um grande processo de transformação. Como parte do mesmo contexto, a Com-

panhia de Jesus foi expulsa do Brasil e as Aldeias por eles administradas, estrategicamente, passaram à condição de vila ou lugar, dependendo da quantidade de índios que ela dispunha. Nesse período, os índios passaram a ser regulamentados pelo Diretório dos Índios, legislação indigenista de caráter assimilacionista. (Paraiso, 1998; Almeida, 1997; Domingues, 2000)²¹. Dentre outras regulamentações, o Diretório dos Índios aboliu as distinções formais entre índios e brancos, favoreceu os inter-casamentos, e os índios passaram a ser obrigados a receber nomes e sobrenomes portugueses. Apesar de ter sido mantida no Diretório a determinação de que as terras das Aldeias deveriam continuar pertencendo aos Índios, houve um incentivo à presença de brancos nas Aldeias e à apropriação por estes das terras e dos trabalhos dos índios. Dessa forma, após ser implantado o Diretório, as terras dos índios ficaram mais vulneráveis de serem "legalmente" apropriadas. Para usurpar-lhes as terras, era comum que fosse alegado serem eles negligentes, descuidados, preguiçosos e, por isso, pobres, não tendo condições de fazer a terra produzir e de cumprir com o pagamento dos Dízimos Reais.

Por essa ocasião, também a Aldeia de Iiritiba passou a ser denominada com um nome "cristão:" Vila Nova de Benavente,²² sendo que suas divisas foram demarcadas do seguinte modo: por Guarapari, a lagoa de Maimbá, e por Itapemirim, o monte Agá, com os fundos que tivesse do litoral para o sertão (Daemon, 1879). Em uma sessão do Tribunal de Ultramar, do dia 13 do mês de setembro de 1758, foi proposto pelo Vice-Rei Presidente, que se devia "mandar pessoas inteligentes às mesmas Aldeias para darem assim, a respeito do número de vizinhos de cada um, como da largueza de seus baldios e fazendas contíguas, inteligência e diferenças de uns e outros dos seus habitantes, as necessárias e verídicas informações (...) "²³. Com as diretrizes contidas no Diretório, houve uma grande entrada legalizada de portugueses portadores de títulos de grandes

sesmarias nas terras da Aldeia declaradas e protegidas legalmente, como patrimônio inalienável dos índios da Aldeia de Iiritiba.²⁴ Muitos desses títulos eram provenientes da Bahia e privilegiavam altos funcionários da coroa portuguesa, ou seus parentes.

A Aldeia de Iiritiba foi um dos primeiros lugares da colônia onde foi imposto ao indígena (ao nativo) o modo de vida do colonizador ocidental. Mas, se por um lado tal imposição os reprimia, por outro os potencializava a compreender, interpretar e incorporar valores e códigos do mundo do branco. Refiro-me aqui, principalmente à escrita e à língua portuguesa. Nos documentos oficiais pude ver como eles se utilizam principalmente das normas do Diretório dos Índios, e dos caminhos da burocracia da Coroa Portuguesa como forma de resistir e reivindicar direitos de cidadania que lhes eram usurpados.²⁵ Dentre as reivindicações, os índios deixavam bem claro, parte do território que ocupavam na Vila e onde viviam mais de 400 famílias. Ouçamos:

[...] os Índios tem afirmado que possuem nesta Vila de Benavente desde a compreensão dos ditos marcos (...) que é do mencionado Maymba até o referido Iriy, onde todos estão compreendidos e dentro de outros dimensionados marcos (...) desde o porto de Garaputanga (Chapada do Á) até o Monte Urubu e dali até Jabaquara²⁶.

Mas os grandes sesmeiros rendiam maiores dízimos para a Coroa Portuguesa. E, como mostrou Saint Hilaire, os índios de Benevente se viram obrigados a cultivar para os Portugueses-Brasileiros as terras que deveriam cultivar para eles próprios, sendo que muitos foram obrigados a migrar involuntariamente. (Saint Hilaire, 1833)

Até os finais do século XIX, a malha urbana da, então, Benevente não diferiu muito, permanecendo o lento e contínuo processo de crescimento dos tempos coloniais. Seus habitantes locais

mantiveram como uma das maiores fontes econômicas a tradição de lidar com os recursos do mar, sobretudo através da prática da pesca artesanal. Mas, outro Grande Projeto de Desenvolvimento Econômico foi ali instalado e, como de costume, à revelia da população local. Foi trazido para as terras consideradas devolutas, mas na verdade pertencentes aos indígenas, um grande contingente de exilados, provenientes da queda do Império Austro-húngaro – os chamados colonos. Segundo Cavallin, eles vieram “trazendo apenas um relógio, o lençol, a coberta, uma panela para fazer a polenta e uma muda de videira.” (Cavallin, 2007), Muitos desses colonos, foram radicados em Anchieta, sendo que apenas da região do Vêneto vieram para o Brasil

[...] milhões de pessoas pobres, e também de muitos trabalhadores humilhados pela desigualdade social. Em outras palavras, a imigração temporária que havia interessado principalmente aos moradores das aldeias das montanhas, por motivos de escassez de recursos tornou-se definitiva. Partiram famílias, por vezes vilas inteiras. Não houve lugar que ficasse excluído daquele êxodo inédito. Procurando pelo mundo uma condição humana de cidadão, a libertação da fome que embrutecia os corpos com doenças horríveis como a pelagra. Homens e mulheres viravam as costas para a sua terra trazendo consigo uma esperança ridicularizada, a dignidade humilhada, perseguindo o sonho de terra e liberdade (Bernardi, 2002, p.8-9).

O Mito de Origem dos descendentes de tais imigrantes e que ainda é constantemente repetido nessa região, enfatiza o sofrimento que seus antepassados tiveram aqui. As condições que eram vividas nos lugares de onde eles partiram, como está descrito acima por Bernardi, parecem ter sido apagadas de suas memórias. É muito comum ouvi-los repetir que foram enganados pelo governo brasileiro, insistindo em relatar os medos

que tinham dos índios, das onças, das cobras, dos mosquitos. Sem dúvida houve sofrimentos, mas o Mito de Origem que construíram encobre que essa população foi “desenraizada” de sua terra, pois fazia parte de um grande contingente populacional que a Europa tinha que descartar para poder seguir adiante. (Hobsbawn, 1998; Bernardi, 2002; Cavallin, 2007). Conforme Bernardi, vieram “perseguindo o sonho de terra e liberdade,” procurando uma “condição humana de cidadão.” Mas em sua maioria, eram etnocêntricos e xenófobos,²⁷ e tratavam com superioridade e desprezo os que aqui se encontraram²⁸. Consideravam os negros como ladrões, e chamavam-lhes de “ladino”²⁹ e, os índios recebiam deles sempre a pecha de preguiçosos. Porém, nunca prescindiram desses dois grupos étnicos para a realização dos trabalhos mais rudes e para aprender com eles técnicas de sobrevivência em um espaço que desconheciam. As terras agora passaram a ser propriedade do novo colonizador. Sendo que os indígenas a quem as terras ancestralmente pertenciam, e os negros que por várias e várias gerações já haviam plantado nelas seu suor, viram-se impossibilitados ao acesso à terra que para eles tinham o significado de vida, de vida em conjunto. Um significado muito diferente que aquele dado pelos colonos recém-chegados. Para esses, o novo espaço era apenas um tempo de passagem para que pudessem alcançar o desenvolvimento econômico e voltar enriquecido para a Europa. Mesmo após gerações e gerações grande parte dos descendentes daqueles imigrantes não se sentem brasileiros. O que parece é que continuam a sentir, pensar e agir tal como está registrado em uma antiga carta escrita ainda na língua Veneta. Ouçamos partes dela, “Gavemo lassa dal 1875 al 1914, l’Italia. El cor, però, El continua in tel Veneto. (...) Levemo la testa e cantemo. Orgoliosamente semo veneti.” (Bernardi, 2002).

No final década de 1920, a cidade, tanto do ponto de vista urbanístico

quanto cultural, passou por uma grande transformação urbana que buscava criar uma imagem de modernidade, ou seja, uma "onda", de revitalização, no sentido do que se chamaria hoje de gentrification. Mais tarde, com a implantação de terminais especializados, necessários e compatíveis com a industrialização do pós-guerra, como instrumento da prioridade exportadora dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) e com o fim da navegação de Cabotagem, seu porto ficou disfuncional, ficando a cidade por muito tempo isolada. De certa forma, "esse isolamento possibilitou a preservar as condições do ambiente natural, assim como os aspectos tradicionais da ocupação humana." (Doxsey; Rocha Souza, 2003). Muito embora tenha, novamente, havido nesse período uma grande exploração de recursos naturais (terras raras), sem que nenhum benefício fosse trazido para o município. Refiro-me às jazidas de areia monazítica, principalmente das localidades de Parati e Ubu³⁰.

O desenvolvimento atual, marcado por um grande aumento demográfico, iniciou nos meados do século XX, intensificando-se na década de 1970 – época da implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento Econômico do Autoritarismo Militar. Nesse período, Anchieta recebeu um grande contingente populacional com outros interesses, com outras histórias. Na parte rural do município de Anchieta, multiplicaram-se os conflitos, em torno do crescimento do número de herdeiros das famílias de imigrantes europeus que deveriam dividir, entre si, suas propriedades. Muitos desses herdeiros acabaram por vender as partes que lhes cabiam nas propriedades rurais e migraram para o centro urbano onde passaram a dedicar-se, principalmente, ao comércio. Aliado a tudo isso houve por parte de forças políticas locais, um entendimento perverso do sistema eleitoral que implantou uma alta segregação espacial e que ocasionou aglomerados precários de moradias para abrigar migrantes sem renda.

Nessa ocasião migrou, também, para a cidade uma grande quantidade de trabalhadores de mão de obra de baixa qualidade proveniente de outros municípios e estados da Federação, atraídos pelos Grandes Projetos desenvolvimentistas; o crescimento de um tipo de turismo predatório que deixava baixa renda para o município e que acabou por radicar na cidade muitos desses turistas; o estabelecimento de uma grande empresa siderúrgica, a Samarco, nas proximidades da zona urbana, sendo que grande parte dos trabalhadores que foram empregados na construção do Porto da Samarco e de suas dependências, também se fixou na cidade.

Além do mais, o sistema sociocultural da atividade pesqueira perdeu a sua importância central e esta passou a ser explorada de forma capitalista, sendo que os pescadores artesanais ficaram, praticamente, impossibilitados de desenvolver suas atividades. No contexto desenvolvimentista do governo militar, a cidade teve que se deparar com vários problemas organizacionais. Era o desenvolvimento econômico (também chamado modernidade, ou progresso) que chegava, espalhando-se desigualmente para, como diria Geertz nortear aquele mundo (Geertz, 1995). Mas o que trouxe para a grande maioria da população foi uma aceleração desordenada do crescimento urbano³¹, principalmente para as áreas periféricas que até hoje se encontram carentes de aparelhagem urbana, multiplicando as injustiças e os marginalizados. A esses problemas juntaram-se outros, notadamente a degradação do patrimônio histórico-cultural e ambiental.

O objetivo desse modelo de desenvolvimento é transformar tudo o que é considerado "atrasado" em "avançado" (Geertz, 1995). Foi dessa forma que o modelo de conexões mundiais foi sendo reformulado e, posteriormente, os países chamados de "atrasados," passaram a ser chamados de "emergentes". O que significaria sair de uma condição de analfabetismo, pobreza, passividade,

superstição, falta de poder, doença para adentrar em uma outra condição que é a dos “desenvolvidos”, como a vivida pelos povos da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. (Merquior, 1982; Geertz, 1995)

Embora o problema seja muito mais complicado, pois as decisões são tomadas visando, principalmente, a área econômica, Anchieta não ficou de fora desse processo. A estratégia político-desenvolvimentista destinada a integrar a economia brasileira, nas correntes mais fortes do sistema capitalista que hoje denominamos de transnacional e que está visível nos planos e programas elaborados e implementados pela burocracia estatal, também atuou ali. (Leff, 1977; Lafer, 1975; Skdimore, 1976)³².

O processo de desenvolvimento realizado nesses moldes orientou a sociedade brasileira na direção de um movimento capitalista bastante específico, que propiciou uma grande concentração de renda, desenvolvimento desigual das regiões, concentração da população em grandes centros urbanos e crescimento de um parque industrial. Por essa ocasião, a cidade de Anchieta teve todo o seu contexto alterado, devido à implantação de um polo siderúrgico de pelotização de minério de ferro e a construção do Porto de Ubu.

O retorno da antiga farsa produz novas tragédias no presente

Nos dias atuais, com um total populacional de 23.902 habitantes³³, com problemas socioantropológicos e ambientais sérios ainda por resolver, porém com uma renda per capita muito alta, mas perversamente concentrada, a cidade de Anchieta enfrenta outro desafio³⁴. Depois de várias etapas de discursos falaciosos de desenvolvimento, porque excludentes, novas tragédias surgem com o “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025” (Macroplan, 2006) e com o PAC.

Vários empreendimentos de grande porte já foram implantados no local, sendo que há outros de porte semelhante projetados. Observa-se na cidade, um crescimento de desigualdades econômico-sociais, alta concentração de renda, chegada de migrantes, segregação do espaço urbano, crescimento da violência, além de uma maior destruição do patrimônio cultural e ambiental. A construção da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU) ameaça a migração forçada de várias populações de pequenos agricultores situados nas áreas de fronteiras onde esse empreendimento pretende se instalar. Está incluída entre essas populações uma comunidade que se autorreconhece como descendentes dos índios da Aldeia de Iritiba e se autodenomina Comunidade Tupiniquim da Chapada do Á. Podemos dizer com Ribeiro que os Grandes Projetos de Desenvolvimento Econômico (PGEs), a serem implantados em Anchieta, tal como especificados no Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo, 2025,

[...] têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como “expressões extremas” do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que frequentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram. Eles juntam quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Como uma forma de produção ligada à expansão de sistemas econômicos, os PGEs conectam áreas relativamente isoladas a sistemas mais amplos de mercados integrados. Fluxos não-lineares de trabalho, capital e informação entre tais projetos têm acontecido em escala global. Os projetos de grande-escala têm se apoiado em instituições poderosas – tais como organizações governamentais e multilaterais,

escolas de engenharia, bancos e corporações industriais –, que têm desempenhado papéis importantes na economia política dos últimos dois séculos. Muitas dessas instituições se tornaram centros de difusão de idéias sobre novos e até maiores projetos; sobre inovações tecnológicas; e sobre categorias, modelos e ideologias de progresso e expansão industrial. (Ribeiro, 2008, p 4-5).

É toda uma rede de poder, como acima descrita por Ribeiro, que formou no Espírito Santo um campo do qual participam redes e instituições, que estão consorciadas, destacando-se as Agências Governamentais, Petrobras e Movimento Espírito Santo em Ação³⁵. Esse consórcio elaborou o “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025” segundo o qual,

[...] no decorrer de toda a sua história, o Espírito Santo atravessou dois grandes ciclos de desenvolvimento – o ciclo do café e o da industrialização – que, embora tenham trazido grandes benefícios para o estado, tiveram um traço marcadamente excludente, à semelhança do que ocorreu em escala nacional. Em outras palavras: o “econômico” e o “social” trilharam rumos diferentes com uma distribuição desigual dos benefícios gerados pelos dois ciclos. (Macroplan, 2006).

Embora todo o discurso do Plano consiga mostrar que hoje está havendo um desenvolvimento mais equitativo e que o estado “tem ampla projeção nacional quando o tema é inclusão social,” os dados estatísticos mostram uma grande disparidade entre a renda per capita e a média salarial do capixaba. A meta da qual partilham os elaboradores do citado Plano é

[...] promover uma eficaz e massiva atração de investimentos produtivos e capacitar os capixabas a usufruir das oportunidades geradas pelo negócio do petróleo e gás e pelo desenvolvimento do complexo siderúrgico. (Macroplan, 2006).

Do total de vinte investimentos previstos para as microrregiões do sul do Espírito Santo, seis deles estão localizados em Anchieta e, por ordem decrescente de valor, são os seguintes:

Os maiores projetos de investimento no Espírito Santo, por ordem decrescente de valor

Ordem	Projeto	Setores	Descrição	Município
11	VALE - Companhia Siderúrgica Ubu (CSU)	Indústria	Implantação da Companhia Siderúrgica Ubu (CSU) com capacidade de produzir 3 milhões de toneladas de placas de aço por ano.	Anchieta
21	Petrobras e outras empresas - Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos	Energia	Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos.	Vila Velha, Vitória, Serra, Fundão, Anchieta, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Anchieta, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
31	Fernus Resources do Brasil LTDA - Complexo Portuário e Petrolização	Indústria	Implantação de um complexo portuário com 3 linhas de petrelização, um mineroduto e um porto de águas profundas.	Presidente Kennedy
41	Petrobras - Desenvolvimento dos campos de Bacia Azul, Bacia Franca, Cachaste e Jubarte P-58	Energia	Desenvolvimento dos campos de Bacia Azul, Bacia Franca, Cachaste e Jubarte. Com a construção e instalação de uma UEP do tipo FPSO (P-58), com capacidade de tratamento de 180.000 bps de óleo e 6 milhões m ³ de gás.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
51	Petrobras - Desenvolvimento da Produção do Campo de Jubarte - Fase 2 - P-57	Energia	Perfuração, completção e interligação submarina de 13 produtores e 7 injetores, com a construção e instalação de uma unidade estacionária de produção do tipo FPSO (P-57).	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
61	Diversas Empresas - Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
71	Petrobras, Shell e ONGC - Parque das Cochas - Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Maratás e Presidente Kennedy
81	Petrobras - Complexo Gás-Químico	Indústria	Implantação de um complexo gás-químico que utiliza o gás natural como combustível.	Linhares
91	VALE - Ferrovia Litorânea Sul	Transporte	Construção da Ferrovia Litorânea (de Grande Vitória a Cachoeira de Itapemirim).	Anchieta, Cachoeira de Itapemirim, Caracica, Guarapari, Piúma e Vitória
101	JAMARCO MINERAÇÃO - 41 Usina de Petrelização	Indústria	Construção da 41 Usina de Petrelização (31 mineroduto, 41 usina e adaptação do terminal portuário de Ubu).	Anchieta

Fonte: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/952_coletiva_investimentos.pdf. Destaques da autora.

Como podemos ver, dentre os projetos, destaca-se a construção da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), de propriedade da VALE, “com capacidade de produzir cinco milhões de toneladas de placas de aço por ano. Pretende-se implantar em Anchieta, esse mega empreendimento metalúrgico que é semelhante à Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) que tão sérios problemas (de impactos e irregularidades) tem causado na Zona Oeste do Rio de Janeiro.³⁶ Esse investimento é o maior previsto para o Estado, cujo valor corresponde a 88% do total previsto a ser investido nesse setor: R\$7,4 bilhões”³⁷.

Apesar de hoje, seguindo a pauta do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, o discurso político do município de Anchieta e o da mídia ligada ao poder econômico enfatizarem tais implantações econômico- desenvolvimentistas, como sendo “essencialmente uma agenda para a construção de uma realidade com democratização das oportunidades de crescimento individual e coletivo em terras capixabas,” (Macroplan, 2006), a realidade mostra a persistência do modelo que produziu as histórias de exclusão anteriores.

Essa mesma estratégia de desenvolvimento que resulta para o município em uma das maiores rendas per capita do país, está produzindo na região alta concentração de renda, expulsão de moradores de terras tradicionalmente ocupadas; eliminação de modos de viver, além de uma exclusão e depredação sociocultural e ambiental.

A empresa Vale, de capital transnacional, anteriormente denominada Vale do Rio Doce, tendo iniciado suas atividades no município de Anchieta na década de 1970, naquela ocasião, através da Samarco e sob a custódia do autoritarismo militar, já possui 78 Km² do município de Anchieta, o que corresponde a 20% do seu território, já que sua área total é de 404,88 km².

O que fica patente é que a mesma coerção dos anos 1970 ainda persiste. O atual discurso do progresso, do desenvolvimento e dos benefícios que serão alcançados pela população local, com a implantação desses novos empreendimentos, é sempre feito pelos empreendedores e pelo poder local, agregando o discurso ao antigo discurso do governo autoritário, a sob a bandeira da transparência e da sustentabilidade sociocultural e ambiental. Por exemplo, as informações sobre o andamento das licitações e licenciamentos e dos custos que trarão para a população e o meio ambiente, são parcas e superficiais. De modo geral, elas são veiculadas nas audiências públicas. Impostas por lei e bem organizadas, no sentido de mostrar uma imagem de excelência dos empreendimentos. Tais audiências públicas são conduzidas por experts em comunicação. Nelas são utilizadas técnicas audiovisuais impecáveis para mostrar as maravilhas que a implantação dos projetos em pauta poderão trazer para as áreas de impacto direto e indireto ao empreendimento. As exposições dos temas pelos técnicos são encadeadas, de forma a dificultar per-

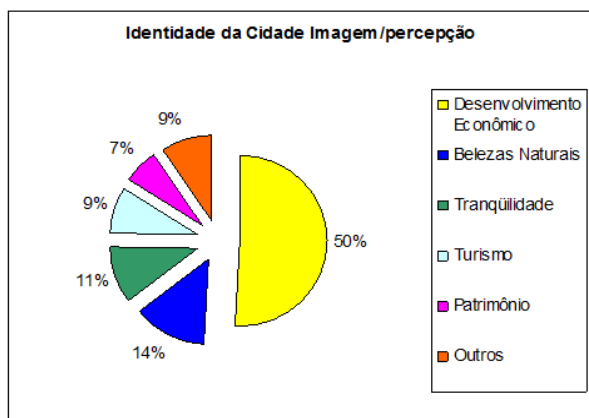
guntas e pedidos de explicações. O próprio vocabulário utilizado pelos comunicadores nessas audiências restringe, em grande parte, embora não consiga deter, a participação da população.

Apesar de tudo, essas reuniões não ocorrem sem conflitos entre os representantes do Estado, do Capital (transnacional e nacional) e a população atingida, ou a ser atingida direta ou indiretamente pelos novos empreendimentos. A essas últimas se juntam vários movimentos sociais e ambientalistas, na tentativa de defender o ambiente, as culturas e as populações que estão nas áreas de impacto dos empreendimentos. Diversos movimentos sociais se organizaram, como o dos moradores da Chapada do A.

Pude constatar o poder do discurso do desenvolvimento que ali é disseminado quando realizei uma pesquisa, com estudantes de duas Instituições de ensino da cidade de Anchieta³⁸.

Entre os jovens que frequentam o ensino regular, eram poucos os que exerciam alguma atividade de trabalho, já os que frequentavam a Escola de Jovens e Adultos (EJA), a quase totalidade exercia uma atividade laboral. Dos alunos trabalhadores entrevistados, 67% exerciam profissões tais como: peixeiro, auxiliar de pereçois, telefonista, auxiliar de secretaria, auxiliar de serviços gerais, balconista, operador de reprografia, auxiliar de apoio, doméstica, gerente comercial, office boy, vendedor, mecânico, remador. Ou seja, a grande maioria dos alunos trabalhadores entrevistados dedica-se a profissões cujo rendimento mensal é de 1(um) salário mínimo, ou pouco mais que isso.

À solicitação de que "fechassem os olhos e pensassem em Anchieta e em seguida escrevessem a primeira palavra (imagem) que lhes viesse à cabeça," foi obtido o resultado que está no gráfico a seguir.



As categorias utilizadas para traduzir a imagem do que os entrevistados percebem como desenvolvimento repetem aquelas constantemente enfatizadas pelos discursos políticos e empresariais, veiculadas através da mídia. Nas respostas dos entrevistados foram recorrentes categorias como: industrialização, empregos, oportunidades, benefícios. A leitura e análise das demais respostas nos levaram a concluir, utilizando as próprias categorizações dos entrevistados, que o mais é almejado por eles, como benefício a ser conseguido com o megadesenvolvimento industrial, são oportunidades de melhores empregos, dos quais ficam excluídos. De modo geral a exclusão é imputada à falta de habilidades e capacidades do morador local.

O resultado da pesquisa deixou evidente que o discurso articulado dos "arautos" do desenvolvimento, nas reuniões e encontros com a população e que são constantemente reforçados pela elite política local, constitui uma forma de violência simbólica, pois mascarando a realidade social, econômica e ambiental, convence muitos moradores locais a submeter-se às decisões tomadas pelo grande capital e, sem perceber que o fazem, repetem o discurso por eles elaborado.

Dentre outros problemas graves como a insuficiência de recursos hídricos, de aparelhagens urbanas, desde a captação e tratamento da rede de esgoto até os sistemas de transporte, saúde e educação, a realidade posta para a cidade, chamada de desenvolvimento pelos dis-

curso políticos e empresariais, acelerou processos de migração, de segregação do espaço urbano (favelização e crescimento de condomínios fechados) fazendo presente uma maior destruição do patrimônio sociocultural e ambiental.

Há dois movimentos migratórios na região, sendo que a migração, qualquer que seja o motivo que a impele, sempre afeta os mundos social e cognitivo dos migrantes³⁹. A veiculação pela mídia da implantação de tantos empreendimentos ocasionou um intenso movimento migratório, principalmente de trabalhadores de baixa qualificação, para a periferia da cidade. Esses visam a possibilidade de geração de empregos. Ao lado deste, foi intensificado o processo de expropriação dos grupos populares.

O primeiro deles, de certa forma, podemos chamar de voluntário, pois, independentemente das causas que motivaram a saída dessas pessoas de seu lugar de origem, elas tomaram a decisão de migrar. Já o segundo, é composto por pessoas que embora constantemente assediadas pelos representantes dos empreendimentos relutam em sair de suas terras. É o caso da Chapada do A, antiga Araputanga, onde reside em terras tradicionalmente ocupadas uma comunidade Tupiniquim, composta por cerca de 70 famílias, que perfazem um total aproximado de 300 pessoas. Essa população, assim como as demais que se encontram em torno do empreendimento, tornou-se alvo de deslocamentos compulsórios. Toda ela pertence a um único tronco familiar (Victor) e que se reconhece como descendente dos indígenas da Aldeia de Iiritiba⁴⁰.

A Companhia Siderúrgica de Ubu (Csu/Vale) tem feito várias investidas para comprar essas terras, mas a comunidade resiste. Os moradores do lugar estão seguros de que os laços sociais que os unem e que a qualidade de vida que desfrutam no local, dificilmente serão alcançados se forem forçados a migrar. Ouçamos a fala de uma moradora:

Aqui nos vivemos juntos. Quando um precisa o outro ajuda. É certo de que atualmente não dá mais para nós vivermos só da produção da terra. Nós procuramos ter os nossos empregos na cidade, mas o que a gente colhe é para nós não precisar de comprar: banana, aipim, ovos, laranja, galinha. O nosso terreno não é dividido. É em regime de condomínio⁴¹.

No dia 18 de julho de 2010, foi feito um Plebiscito naquele local, pelo Fórum Permanente de Defesa de Anchieta para registrar a posição dos moradores quanto à venda e saída da terra. Dos 128 moradores que votaram, apenas nove mostraram-se favoráveis à venda das terras.

Segundo relatos de moradores da comunidade, representantes da VALE e do Instituto de Desenvolvimento Integrado para Ações Sociais (Instituto IDEAS) disseram que se eles "não quiserem sair por bem, irão sair por mal." Associando a fala dos representantes da empresa VALE à violência simbólica que esse grupo vem sofrendo, vemos com Bourdieu que quando a violência simbólica já não cumpre sua função, toma o seu lugar a violência explícita.

Algumas Considerações

Nas linhas iniciais de O 18 Brumário de Luís Bonaparte, Marx diz que Hegel ob-

serva em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa (Marx, 1980).

Em Anchieta, vemos que a realidade posta para a cidade e o município, favorecendo o desenvolvimento econômico apenas para alguns, repete a história de farsas, ou de antigas práticas de espoliação, empregadas desde os tempos do Brasil colônia e que geraram bem-estar para poucos e tragédia para muitos. Embora possa parecer uma realidade tão distante no tempo, a relação colonial de exploração e dominação vivenciada nos séculos XVI, vestindo uma nova roupagem, ainda persiste no século XXI, através de práticas que criam novas formas de opressão⁴². Tais práticas, que são parte da relação global capitalista, estão na contramão de um desenvolvimento cuja natureza respeite os direitos dos povos, alvo dos "programas de desenvolvimento", chamado de etno-desenvolvimento (Stavenhagen, 1981). Da mesma forma, e tal como as críticas pós-coloniais revelam, a realidade posta para a cidade, pelos discursos das elites políticas e empresariais, chamada de desenvolvimento, está muito distante de ser uma "expansão da liberdade," que, segundo Amartya Sen, é a finalidade e o meio principal do desenvolvimento (Sen, 2000).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M.R.C. *Metamorfoses Indígenas – identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, M.R.C. *Política Indigenista de Pombal: a proposta assimilacionista e a resistência indígena nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Dezembro 2009. <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:L1a8TNubydQJ:cvc.institutocamoes.pt>.
- ALMEIDA, R.H. *O Diretório dos Índios: Um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- BALESTERO, H. L. *A Obra dos Jesuítas no Espírito Santo*. ES-Viana, 1979
- BAUMAN, Z. *Modernity and the Holocaust*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.
- BENAVENTE <http://www.ribatejo.com>. Acesso em jun. 2009.
- BENJAMIM, W. *Sobre o conceito de História*. SP. Brasiliense. 1985.

- BERNARDI, U. *Addio Pátria: emmigranti dal Nord Est*. Pordenome: Biblioteca Dell'Immagine, 2002.
- BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte. Ed. UFMG.
- BOSI, A. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Zero, 1983.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2004.
- BOXER, C.R. *The Portuguese Seaborne Empire (1415-1825)*. London: Harmondsworth. Penguin Books, 1973.
- CANCLINI, N. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CARVALHO, A.V. <http://blog.etnolinguistica.org/2010/07/o-regimento-leys-sobre-as-missoens-do.html>. Acesso em jun. 2009.
- CAVALLIN, G. *Gli Ultimi Veneti*. Padova: Panda Edizione, 2008.
- COLCHESTER, M. *Salvaging nature: indigenous peoples, protected areas and biodiversity conservation*. Discussion Papers, No. 55, NRISD/WRM/WWF, 1994.
- DA MATTA R. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo Sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística*. 1ª Edição. Vitória: Tipografia do Espírito-santense, 1879. Digitalizado pelo Arquivo Público do ES.
- DOMINGUES, A. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa, 2000.
- DOXSEY, J.; ROCHA, S. C. *Diagnóstico Socioeconômico dos Aquicultores: os entraves sociais e políticos para uma sustentabilidade da Maricultura em Anchieta (ES)*. DCSO/UFES, 2003.
- DURKHEIM, E. *As Formas Elementares de Vida Religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: PrincetonUniversity Press, 1995.
- FONCECA, P.C.D. *Gênese e precursores do Desenvolvimentismo no Brasil*. <http://www.ufrgs.br/decon/publiconline/textosprofessores/fonseca/OrigensdoDesenvolvimentismo>.
- FOOT HARDMAN, Francisco. Antigos Modernistas. In: Vários autores. *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *After the fact: two countries, two decades, one antropologist*. Cambridge/ Massachussets: Harvard University Press, 1995.
- GRAÇA ARANHA, J. P. *Canaã*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.
- HANSEN, A; OLIVER-SMITH, A. *Involuntary Migration and Resettlement. Problems and Responses of Dislocated People*. Colorado: Westview Press/Boulder, 1982.

- HOBBSAWN, E. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IBGE. *Contagem da População Residente, realizada pelo IBGE, abril de 2007*. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/ES.pd. Acesso em Jun. 2008.
- LAFER, B. M. (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LE GOFF. *Por Amor às Cidades*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- LEFF, N. H. *Política Econômica e Desenvolvimento no Brasil de 1947 a 1964*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VI. Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- LIMA, A. C. Souza. *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1975.
- MARTINS, M. L. P. *Etnografia e Língua Tupi-Guarani*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Boletim 24, 1941.
- MARX, K. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980. Vol. I.
- MATTOS, Sônia Missagia. *A Aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo*. Revista Hábitus. Goiânia: Ed. UCG. No prelo.
- _____. *Anchieta Nosso Patrimônio*. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- _____. *Artefatos de Gênero na Arte do Barro*. Vitória: EDUFES, 2001.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied. *Viagens pelo Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- MERQUIOR, J. G. *A Natureza do Processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- MOREAU, F. E. *Os Índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo: Ed. Annablume, 2003.
- OLIVER-SMITH, A. Displacement, Resistance and the Critique of Development: From the grass Roots to the Global. *Final Report Prepared for ESCOR R7644 and the Research Programme on Development Induced Displacement and Resettlement*. Refugee Studies Centre. University of Oxford. July 2001.
- PIGHI, Giorgio. *Le Migrazioni Negate*. Milano: Franco Angeli, 2008.
- RIBEIRO, G.; FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora da UnB; Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- RIBEIRO, G. L. *Poder, Redes e Ideologia no campo do desenvolvimento*. <http://www.scielo.br/scielo> e Novos Estudos - CEBRAP, nº 80. São Paulo, Mar. 2008.
- SAINT HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamans et sur le Littoral Du Brèsil*. Tome Second. Paris: Librairie-Gide, 1833.
- SCHULZ, C. N. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1979.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SKDIMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- SOUSA SANTOS, B; MENESES, M.P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Ed. Almedina, 2010.
- STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84: 11-44. RJ: Tempo Brasileiro.
- THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: História Oral e Estudos de Migração. *Revista Brasileira de História*. Ano/Vol 22. nº44, Associação Brasileira de História, São Paulo, 2002.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- VALE, E. Q. *Pequeno Dicionário Informativo do Espírito Santo*. Vitória, ES: Ed. Vitória, 1956.
- VELHO, O. *Diversidade Cultural e a CT&I com desenvolvimento social*. Jun. 2011. <http://www.rts.org.br/artigos/artigos/2009/diversidade-cultural-e-a-ct-i-com-desenvolvimento-social>.
- WEBER, Max. *A política como vocação*. GERTH, H. H.; MILLS, W. (org.). Max Weber. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1979.
- WOLF, E. R. *A Europa e os Povos sem História*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.) *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Resumen: Este artículo se basa en problemas procedentes de investigaciones que he logrado en la ciudad de Anchieta, ES. Estos problemas se refieren a un modelo excluyente de desarrollo que favorece a las élites del poder y que entre otros problemas, puede causar daños irreversibles al medio ambiente y la migración forzada de tradicionales unidades de comunidades locales. Ese modelo de desarrollo se basa en un tipo de política económica, presentado con el objetivo de crecimiento de la producción industrial y la infraestructura y se ha intensificado desde que la ciudad fue objeto de discusión en los debates políticos y administrativos a que se refieren las grandes inversiones de capital privado (nacionales y transnacionales) y el Estado, por lo que, es la base de operaciones para los grandes proyectos de desarrollo industriales que forman parte del "Plan de Desarrollo del Espírito Santo 2025" (Macroplan, 2006) y el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC).

Palabras clave: proyectos de desarrollo económico, migraciones forzadas; degradación social y ambiental; Anchieta, ES, Brasil

Résumé: Cet article est basé sur un ensemble de questions issues de la recherche que j'ai fait dans Anchieta-ES. Ils se rapportent à un modèle d'exclusion de développement qui ne favorise que l'élite du pouvoir et que, parmi d'autres problèmes, causer des dommages irréversibles à l'environnement et les communautés traditionnelles locales lecteurs migration forcée. Ce modèle de développement est basé sur un type de politique économique, ancrée en ciblant la croissance de la production industrielle et de l'infrastructure et il a été intensifiée depuis la ville est venu en discussion dans les discussions politiques et administratives visées à des investissements importants de private equity (national et transnational) et de l'Etat, ce qui en fait une base d'opérations pour les grands projets de développement industriel qui font partie du «Plan de développement 2025 Saint-Esprit» (Macroplan, 2006) et le PAC.

Mots clés: les grands projets de développement économique; la migration forcée; la dégradation sociale et environnementale; ES Anchieta, au Brésil

Notas

- 1 Este trabalho foi inicialmente apresentado na 27ª RBA, realizado em agosto de 2010, na Universidade Federal do Pará, onde participei do GT49: Políticas públicas, projetos de desenvolvimento e populações locais. Agradeço aos participantes do GT, em especial às coordenadoras Professoras Dra Léa Carvalho Rodrigues e Dra Lucia Muller e ao Prof. Dr. Gustavo Lins Ribeiro pelos estimulantes debates.
- 2 A pesquisa "Anchieta – ES: por um futuro mais sustentável," foi parte dos estudos de pós-doutoramento, que realizei (2009/2010) na Universidade Autônoma de Barcelona, como bolsista da CAPES.
- 3 Na linguagem popular: tornam-se "pau-mandados."
- 4 Uma alusão às críticas ao desenvolvimento econômico feitas por Francisco Foot Hardman, tanto em "Trem Fantasma" quanto em "Antigos Modernistas."
- 5 Uso essa terminologia, devido a que os significados dessa expressão ainda portam implicações negativas muito fortes e fazem evocar as ideias e imagens anteriores que na atualidade são consideradas politicamente incorretas, mas que permanecem associadas aos conceitos utilizados para substituí-la: "emergente", ou "em desenvolvimento".
- 6 Dentre muitos outros estão: o próprio Canclini, Bourdieu, Edward Said, Amartya Sen, Rodolfo Stavenhagen, Arturo Escobar, Eric Wolf, Otávio Velho, Silvio Coelho dos Santos, Gustavo Lins Ribeiro.
- 7 Em *As Formas Elementares de Vida Religiosa*, Durkheim sugere que a sociedade ao prestar culto ao seu sagrado, o totem que Durkheim, segundo opinião da época, considera um fenômeno religioso, representa a sociedade
- 8 International Association for the Study of Forced Migration (IASFM)
- 9 www.iasfm.org. Acesso: Maio de 2011.
- 10 Baumam se refere à definição de Estado em Max Weber.
- 11 Alguns desses escravos permaneceram em Portugal como mão de obra servil; outros foram enviados para as Ilhas da Madeira e dos Açores, por eles recém-ocupadas e onde cultivavam a cana-de-açúcar e o trigo; sendo que outros foram vendidos para a Espanha e Itália.
- 12 Revolução de 1383-1385.
- 13 Citado por Wolf em "A Europa e os Povos sem História." op.cit.p.165.
- 14 Pe Serafim Leite, mostra que já havia uma população aldeamento no local e que era anterior ao Padre Anchieta..
- 15 Citado por Wolf em "A Europa e os Povos sem História." op.cit.p.165.
- 16 Moreau, reportando-se a John Monteiro, mostra que, muito embora, os jesuítas tivessem certa autonomia e respondessem mais a Roma que a Portugal, 'serviram aos interesses da Coroa como instrumentos de desenvolvimento da Colônia.'
- 17 Segundo Carvalho, o Regimento das Missões de 1686, que se manteve em vigor, apesar de ter sofrido algumas alterações, até ao final da primeira metade do século dezoito, "representa uma solução de compromisso entre a perspectiva dos religiosos da Companhia de Jesus, protectores dos índios e interessados sobretudo na sua evangelização, e a visão oposta da sociedade colonial, para quem os aldeamentos indígenas pouco mais representavam que uma fonte de abastecimento irrestrito de mão-de-obra escrava". Carvalho, A. V. <http://blog.etnolinguistica.org/2010/07/o-regimento-leys-sobre-as-missoens-do.html>,
- 18 Segundo Maximiliano Wied Neuwied, "os jesuítas reuniram aí, a princípio, seis mil índios, fundando a maior aldeia dessa costa."
- 19 Hoje denominada Nova Almeida e situada no município da Serra/ES.
- 20 Ofício através do qual o Vice-rei e governador geral do estado do Brasil, André de Melo e Castro, Conde de Galveias informa ao Reino sobre a sublevação dos Índios de Reritiba, ao fazer o encaminhamento da Representação feita pelo Reitor do Colégio Santiago, Capelão Júlio França. Doc 1 – 239 – AHU.
- 21 Lei dispoendo sobre os aldeamentos indígenas, editada em 1755 por D. José I, rei de Portugal, por intemédio de seu ministro, o Marquês de Pombal. Assinado por Mendonça Furtado, irmão de Pombal e então Governador dos Estados do Grão-Pará e Maranhão, localidades para as quais, inicialmente, estava destinado, o Diretório dos Índios foi estendido para todo o Estado do Brasil através de um Alvará, em 1758. www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm
- 22 Em homenagem à Vila de Benavente, situada na margem sul do rio Tejo, em Portugal.
- 23 Documentos: 3670/3671. Ofício do Conselheiro Manuel Estevão de Almeida e Vasconcelos Barberino para Thomé Joaquim da C. Corte real, participando ter chegado a Bahia no dia 27 de agosto e as conferências que tinha tido com o arcebispo e o Vice-rei acerca dos jesuítas, acerca das nomeações dos vigários (...) Bahia, 18 de setembro de 1758.
- 24 "Dizem os Índios da Vila Nova de Benavente da Comarca da Capitania do Espírito Santo que quando na posse das terras que lhe foram repartidas e confinadas, na conformidade do parágrafo 4º. Do Alvará de 1º. De Abril de 1680 e que Sua Magestade mandou executar inviolavelmente pela Lei de 06 de Outubro de 1755 na conformidade da qual se constituíram senhores das ditas terras com inteira proibição de não lhe serem tomadas contra a sua vontade, ainda no caso de que estivessem antecedentemente dadas de sesmarias a algumas pessoas particulares,

porque na concessão delas sempre fora reservado o prejuízo de terceiros que a respeito dos Índios muito mais se deve entender por serem primários e naturais senhores dela como é expresso no artigo 4º. do dito Alvará sendo estas providências dirigidas ao estabelecimento e conservação dos Suplicantes naquelas terras." Portaria do Ouvidor José Pinto Ribeiro. Benavente, 24 de Fevereiro de 1798.

- 25 Esses documentos são parte de um processo decorrente de duas Representações que foram feitas, no ano de 1795, por indígenas da Vila de Benavente à rainha de Portugal. D. Maria I, filha primogênita de D. José I, a quem sucedeu, e mãe de D. João VI, seu sucessor no trono de Portugal e encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa.
- 26 Idem. Destaquei aqui apenas a fala sobre esse espaço marcado pelos índios, pois ele é de grande importância para os moradores de terras tradicionalmente ocupadas, devido aos avanços recentes sobre elas feitos pelos Projetos de desenvolvimento do Município.
- 27 Muitos ainda agem da mesma forma. Impressiona o abuso das cores verde, vermelha e branca em municípios situados em regiões colonizadas por tais imigrantes e descendentes.
- 28 Tendo por base os estudos de Mariátegui em "Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana," podemos dizer que essa foi uma das causas para o que é chamado hoje de "problema do negro" e "problema do índio." Como o mesmo autor, vejo que não há "problema do índio" ou "problema do negro" que não seja o problema da posse da terra. Todos os demais problemas devem ser vistos à luz da questão da propriedade da terra.
- 29 Termo utilizado com o significado de astucioso, finório. Ver: <http://www.dicio.com.br/finorio/>.
- 30 "Em 1945 foi assinado o primeiro acordo nuclear dos Estados Unidos com o Brasil que previa a exportação de areia monazítica rica em tório da região do Espírito Santo". www.excelenciaemgestao.org.
- 31 Analisei questões semelhantes ocorridas na mesma época no Vale do Jequitinhonha MG, hoje tornado objeto de ações mitigatórias e políticas sociais. Elas diferem apenas em um poucos detalhes, mas a ideologia que as informa é a mesma.
- 32 Por exemplo, o Programa de Metas de Juscelino e outros planos e programas de desenvolvimento posteriores.
- 33 http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/958_2011-27_.pdf. Conforme dados da Tabela 3 do Documento População residente e taxa de crescimento da população, Espírito Santo, Municípios, 2000 e 2010, a cidade de Anchieta teve um acréscimo populacional de 24,98 %. IN: Distribuição populacional no Espírito Santo: Resultados do Censo Demográfico 2010. IJSN – Ano IV – Número 27 – Maio de 2011.
- 34 Ver: www.vitoria.es.gov.br/diario/2007/1220/pibvitoria.asp - 14k. "No estado do Espírito Santo, a liderança está com o município de Anchieta que registrou uma renda per capita de R\$ 62.196 (...) No entanto, apesar de a renda do município ser maior do que o da capital, Vitória continua liderando devido número de habitantes. Completam os quatro maiores PIB's os municípios de Aracruz (R\$ 33.921) Presidente Kennedy (R\$ 29.623)".
- 35 O Movimento Espírito Santo em Ação é composto por representantes da indústria (Findes, Vale, Aracruz-Fibra, Arcelor, Garoto), do comércio (COIMEX, Tangará, Cotia, Dadalto), de empresas de engenharia e de estudos ambientais (SerEng, Cepemar, CTA), de ensino (FAESA, FUCAP), Institutos de pesquisa (Futura) e veículos de comunicação (Rede Gazeta).
- 36 Companhia Siderúrgica do Atlântico. Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. Apoio Fundação Rosa Luxemburgo.
- 37 Investimentos Previstos para as Microrregiões Sul do Espírito Santo – 2009-2014. Governo do Estado do Espírito Santo (Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) e Instituto Jones dos Santos Neves. Março de 2010. p.21.
- 38 Pesquisa de abordagem perceptiva, realizada por mim em junho de 2007,
- 39 Sobre Migração ver também, trabalhos como o de Alistair THOMSON, citado na bibliografia
- 40 Estou trabalhando na montagem da árvore genealógica desse grupo.
- 41 Depoimento de uma moradora.
- 42 Ver, por exemplo, os interessantes e instigantes artigos do livro Epistemologias do Sul, organizado por Boaventura de Souza.